

PARLAMENTARISMO OU PRESIDENCIALISMO?

REPÚBLICA OU MONARQUIA?

JOSÉ SERRA/VLADIMIR PALMEIRA
CUNHA BUENO/EDGARD DE BARROS



4ª edição

HISTÓRIA
CONTEXTOS

RAZÕES DO PRESIDENCIALISMO

Vladimir Palmeira*

MAGIA

Quem pensa que a fonte principal dos problemas brasileiros é o sistema de governo pratica um raciocínio simplista e revelador daquilo que chamamos de “consciência mágica”, enganosa e mistificadora, mais própria de comunidades primitivas que recorriam aos ritos da pajelança para obter a solução de seus problemas.

Assim como o sistema presidencialista não faz com que a situação econômica e social do

* Vladimir Palmeira é deputado federal pelo Rio de Janeiro e líder da bancada do PT na Câmara Federal.

Brasil se assemelhe às condições vigentes nos Estados Unidos, tampouco a adoção do sistema parlamentarista faria com que o Brasil se transformasse numa espécie de Inglaterra.

Ou seja, quem pensa que o sistema de governo, por si só, é capaz de resolver os graves problemas do país está enganando a si mesmo ou tentando enganar os outros. Fernando Collor andava de jet-ski, nem por isso fomos para o Primeiro Mundo. Não seria a adoção do parlamentarismo ou de outra pajelança qualquer que nos tornaria um país desenvolvido.

Isto significa que não podemos esperar que um sistema de governo seja capaz de operar milagres. Devemos, no entanto, exigir que ele seja democrático, eficaz e que facilite o processo de conscientização do povo com vistas à transformação social que o país exige.

Importante ressaltar que quando discutimos sistema de governo o fazemos no campo da democracia. Àqueles que procuram confundir o sistema presidencialista com sua caricatura — as ditaduras bananeiras —, lembramos que foi em sistemas parlamentaristas que figuras tristemente célebres, como Hitler e Mussolini, chegaram ao poder.

HISTÓRIA

É errado pensar que o sistema de governo é uma escolha aleatória, que pode ser feita descuidadamente, como se escolhe uma camisa ou um sabonete. Na verdade, o sistema de governo está inscrito e é produto do processo histórico do país.

O parlamentarismo é produto da história da Europa. A instituição do parlamento foi o modo como se conseguiu estabelecer um pacto entre a realeza e a burguesia. Através desse pacto, segundo diferentes processos, o poder da realeza foi sendo reduzido. É isso que permite considerar que o parlamentarismo funciona como ponte na transição entre a Idade Média e a Era Moderna, conservando aspectos da Idade Média política e abrindo espaço para a burguesia. Não é por acaso que, ainda hoje, o sistema parlamentarista inglês conserva uma Casa dos Lordes como lembrança da Idade Média. Margaret Thatcher acaba de receber o título de duquesa exatamente para ter assento na Casa dos Lordes.

Isto não significa que a Europa está condenada a permanecer parlamentarista para o resto da vida. Tanto é assim que França e Portugal já adotaram sistemas semipresidencialistas. E a recente separação matrimonial dos sucesso-

res da rainha da Inglaterra serviu de pretexto para que a monarquia fosse questionada por alguns setores políticos da Inglaterra.

Nos Estados Unidos, os fundadores da nação não tinham o entulho acumulado da Idade Média para remover. Instituíram logo um sistema presidencialista em que o presidente da República, chefe do Estado e do governo, é eleito também pelo Parlamento e em que as duas casas legislativas são eleitas pelo povo. Diferencia-se, portanto, da Inglaterra onde o chefe do governo é nomeado pelo Parlamento e o chefe do Estado — atualmente cumprindo apenas funções protocolares — é o rei, cuja sucessão se dá por direito hereditário; e onde os membros de apenas uma das duas casas do Parlamento (a casa dos comuns) são eleitos pelo povo.

Aqui no Brasil, o que não triunfou em nossa vida independente foi o próprio processo democrático. No Império, e em boa parte da República, a participação do povo foi praticamente nula na vida política nacional.

DEMOCRACIA

O que de fato interessa aos trabalhadores e ao povo é que o sistema de governo seja o mais democrático. Aqui mostraremos que o pre-

sidencialismo é mais democrático que o parlamentarismo.

No presidencialismo, tanto o Legislativo como o Executivo são eleitos pelo voto popular. A legitimidade conferida pelo voto popular permite que um poder exerça fiscalização e controle sobre o outro, e que do choque entre eles surja a democracia.

No parlamentarismo, somente o legislativo é eleito pelo voto popular, o chefe do Executivo (primeiro-ministro) é nomeado pelos deputados. Este sistema, em vez de gerar o saudável choque entre os poderes, provoca uma simbiose entre o Executivo e o Legislativo, de tal forma que o Legislativo termina por se transformar em apêndice do Executivo.

Não é por acaso que nos países parlamentaristas da Europa 95% das leis são originárias do poder Executivo, e que no presidencialismo americano, 2/3 das leis têm origem no Congresso. Não deixa de ser significativo o fato de que somente em 1992 o Parlamento britânico foi oficialmente informado da fundação do Serviço Secreto de Sua Majestade, ocorrida em 1909. Dificilmente alguém poderia imaginar o Congresso americano passando por semelhante vexame. Pois a característica deste Congresso é o rigor com que ele exerce fiscalização e controle

sobre os atos do Executivo. Richard Nixon que o diga.

FLEXIBILIDADE?

Faz parte da lenda parlamentarista exaltar a flexibilidade deste sistema que, segundo seus defensores, permite a substituição do governo a qualquer momento.

Esta argumentação procura ignorar que, no presidencialismo, o presidente da República pode substituir seus ministros a qualquer momento. Mas sobretudo ela incorre numa falsidade, pois o correto é dizer que no parlamentarismo é possível convocar eleições para a formação de um novo governo sempre que isso interessa ao partido dominante.

Pelo menos é isso que tem acontecido na Inglaterra. Lá, o Partido Conservador convoca eleições gerais quando isso lhe convém. Foi assim logo depois da guerra das Malvinas, quando Margaret Thatcher convocou eleições para explorar a popularidade que lhe havia sido propiciada pela aventura dos generais argentinos. John Major procedeu da mesma forma recentemente, quando convocou eleições para o momento em que as pesquisas indicavam vitória conservadora.

Isto mostra que o parlamentarismo inglês contém dispositivos que permitem e estimulam o exercício da esperteza por parte do partido dominante. Tais dispositivos, se adotados no Brasil, certamente fariam com que tivéssemos eleições gerais cada vez que a seleção ganhasse uma Copa do Mundo ou no começo de planos econômicos milagrosos.

É verdade que no Parlamento da República de Weimar havia a flexibilidade badalada pelos parlamentaristas. Mas isso foi eliminado da Constituição alemã de 1949, sem dúvida porque os legisladores alemães do pós-guerra tiraram alguma lição da ascensão de Hitler ao poder em 1933.

Enquanto isso, acabamos de assistir George Bush marchar para uma derrota anunciada, porque tendo sido submetido aos rigores da democracia presidencialista americana não teve área de manobra para explorar o prestígio adquirido na guerra do Golfo e teve de enfrentar uma eleição dominada por temas domésticos, como recessão e desemprego. Foi derrotado por Bill Clinton, do Partido Democrata, como era de se esperar.

Isto mostra que o presidencialismo é quem assegura a alternância no poder, propiciando a mudança de políticas e de dirigentes. Por outro

lado, nossa própria história recente mostra que é falsa a tese segundo a qual, no presidencialismo, toda crise de governo se transforma necessariamente em crise de Estado a ser resolvida por golpe. Se isso fosse verdade não teríamos assistido ao processo de *impeachment* contra Fernando Collor, que chegou a seu término sem sacrificar nenhuma das conquistas democráticas até aqui realizadas.

POLITIZAÇÃO

É evidente que interessa a todos que querem transformações sociais que a sociedade participe das atividades políticas e se envolva no debate e na solução das grandes questões nacionais. Da mesma forma, é do interesse dos conservadores, daqueles que são contra as transformações sociais, que o povo seja excluído do processo político.

O presidencialismo é o sistema que assegura a maior participação popular, porque nele a sociedade é chamada a eleger diretamente o Executivo e o Legislativo. E são justamente as eleições para cargos executivos que são capazes de mobilizar o povo e envolver o conjunto da sociedade no debate das questões nacionais.

Não é por acaso que nossa história recente registra três grandes mobilizações populares, to-

das elas em torno de temas tipicamente presidencialistas. Este foi o caso da campanha das diretas, da campanha da Frente Brasil Popular — Lula Presidente e da campanha do *impeachment* contra Collor. Estes exemplos mostram que é o presidencialismo que fornece instrumentos para a politização e participação do povo.

Enquanto isso, no sistema parlamentarista, o povo só é chamado para eleger os membros do Legislativo. Conhecemos como são essas eleições chamadas de “proporcionais”. Nelas, o que menos se discute são as questões nacionais. Por via de regra, o voto para deputado é dado em função do parentesco, do clientelismo, de interesses regionais ou do corporativismo.



Por essas e outras razões é que o Congresso Nacional é uma imagem real invertida da sociedade brasileira. Lá as grandes majorias são representadas por bancadas minoritárias e as elites são representadas por bancadas folgadoamente majoritárias.

Quem acompanha o processo político sabe como as forças democráticas e progressistas têm conquistado vitórias e resultados expressivos nas eleições para cargos executivos, como têm amargado resultados medíocres nas eleições proporcionais. É por isso que querem acabar com a eleição para o mais alto cargo do Executivo.

ESTABILIDADE

Faz parte do discurso parlamentarista louvar a estabilidade propiciada pelo sistema. Essa visão serve também para ilustrar aquilo que chamamos de consciência mágica. Ela procura atribuir a estabilidade dos países da Europa ao sistema de governo, ignorando que a estabilidade política desses países tem raízes no desenvolvimento econômico e social que alcançaram.

Quer dizer, um hipotético parlamentarismo brasileiro não pode ser comparado com um parlamentarismo inglês. Mas, sim, com o parlamentarismo vigente na Índia ou no Paquistão, paí-

daria um cheque em branco a quem sempre trabalhou contra o povo?

Diante dessa situação, ou recorremos ao PROCON, ou acionamos os parlamentaristas por propaganda enganosa. Isso significa entrar na luta contra o engodo parlamentarista e esclarecer a opinião pública sobre essa manobra elitista.

Cabe ainda registrar que existem muitos parlamentaristas de ocasião. Ou seja, pessoas que só são parlamentaristas porque sabem que não terão como disputar com chance uma eleição para presidente da República. Mas poderiam — quem sabe? — aspirar a um cargo de primeiro-ministro através de negociações nos corredores do Congresso Nacional. Quer dizer, tem gente que quer criar uma “democracia” para os deputados, acabando a democracia para o povo.

Os parlamentaristas gostam de afirmar que o presidencialismo tem um caráter imperial. Mas recentemente o senador José Fogaça se traiu ao propor que os votos para a monarquia fossem computados como votos para o parlamentarismo. Este ato falho do senador gaúcho é revelador do fato de que inconscientemente até ele reconhece o parentesco evidente entre parlamentarismo e monarquia.

Conhecemos o presidencialismo que temos. Sob esse sistema, apesar de tudo, até agora con-

seguimos avançar no rumo da democracia. Nele vivemos a memorável campanha presidencial de 1989, e foi sob o presidencialismo que ministramos a justa punição ao impostor chamado Fernando Collor.

No entanto, reconhecemos que esse sistema pode ser melhorado. Defendemos como absolutamente necessária uma reforma eleitoral que estabeleça uma proporcionalidade real na representação dos estados, eliminando as discriminações atualmente vigentes contra os estados do Centro-Sul. Em qualquer sistema, essa reforma contribuiria para dar maior legitimidade à Câmara dos Deputados.

Da mesma forma, defendemos a aprovação de uma legislação partidária e eleitoral que amplie os espaços da democracia, a eliminação do instrumento Medida Provisória, excrescência autoritária do parlamentarismo italiano introduzida na Constituição brasileira de 1988, e até a instituição de eleições para o preenchimento de cargos no poder judiciário.

A diversidade de modelos parlamentaristas é tal que torna no momento improvável que os parlamentaristas venham a se pôr de acordo sobre um determinado modelo a ser submetido ao povo no plebiscito. Querem um cheque em branco. Somente após sua obtenção é que deputa-

dos e senadores se reunirão para arquitetar o sistema de governo.

Por isso mesmo muitos teóricos do parlamentarismo votarão no presidencialismo em abril.

No Brasil, não há nem razão nem oportunidade para mudança de governo...